

Parecer nº 78/IEF/NAR POUSO ALEGRE/2025

PROCESSO Nº 2100.01.0011100/2025-30

PARECER ÚNICO**1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL**

Nome: Felício Zucarelli Filho - ME	CPF/CNPJ: 71.240.238/0001-32
Endereço: Rua Capitão Cipriano de Castro, 49	Bairro: Centro
Município: Borda da Mata	UF: MG
Telefone: (35) 3441-3080	CEP: 37.564-000
E-mail: ambiental.agrotecof@gmail.com	

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

() Sim, ir para o item 3 (X) Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome: Paulo Sérgio Dias e outro	CPF/CNPJ: 878.210.606-15
Endereço: Estrada Moji, s/n	Bairro: Moji
Município: Tocos do Moji	UF: MG
Telefone: (35) 3441-3080	CEP: 37.563-000
E-mail: ambiental.agrotecof@gmail.com	

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Sítio Santo Antônio	Área Total (ha): 53,8450
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 16.704	Município/UF: Tocos do Moji/MG

Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR):

MG-3169059-AE3D.14D6.4D98.4DEF.BB3F.4683.D6D9.8E1A

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	0,0244	ha

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
---	---	---	---	---	---

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
---	---	---

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
---	---	---	---

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade

1. HISTÓRICO

Data de formalização: 18/12/2024

Data da vistoria remota: 05/02/2025

Data de emissão do parecer técnico: 24/02/2025

2. OBJETIVO

O objetivo deste parecer é analisar o requerimento para Intervenção Ambiental em APP sem supressão de vegetação nativa em área de 0,0244 ha, visando a implantação de estruturas para a extração mineral de areia e cascalho em leito do Rio Mogi-Guaçu, na propriedade Sítio Santo Antônio, Bairro Santo Antônio, zona rural do município de Tocos do Moji/MG.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

Trata-se do imóvel rural, Sítio Santo Antônio, Bairro Santo Antônio, município de Tocos do Moji/MG, com área total de 58,2249 hectares segundo o levantamento planialtimétrico apresentado no processo pelo responsável técnico, Técnico Agrícola Evaldo Muniz Franco, CFTA nº 03171546647, ART Obra / Serviço nº. BR20250307568, acostada no processo SEI nº. 2100.01.0011100/2025-30 e registrada na matrícula do imóvel com 53,8450 ha.

O imóvel se encontra registrado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Borda da Mata/MG, sob matrícula número 16.704, de propriedade de Paulo Sérgio Dias e outros, desde 11 de dezembro de 1991.

Conforme definição do Mapa de Aplicação da Lei número 11.428/06, elaborado pelo IBGE e informações constantes no IDE SISEMA, o imóvel Sítio Santo Antônio está localizado nos domínios do Bioma Mata Atlântica.

O uso do solo da propriedade é composto por 11,4588 ha de área de preservação permanente, 11,2290 ha de área consolidada, conforme informações do CAR apresentado no processo.

O município de Tocos do Moji/MG, onde se localiza a propriedade cuja intervenção fora requerida, possui 5,86 % de sua área total composta por Flora Nativa, segundo dados do Mapeamento e Inventário da Flora Nativa e dos Reflorestamentos de Minas Gerais.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

Número do registro: MG-3169059-AE3D.14D6.4D98.4DEF.BB3F.4683.D6D9.8E1A

Área total: 58,1529 ha

Área de reserva legal: 11,2507 ha

Área de preservação permanente: 11,4588 ha

Área de uso antrópico consolidado: 11,2290 ha

Qual a situação da área de reserva legal:

(X) A área está preservada:

() A área está em recuperação:

() A área deverá ser recuperada:

Formalização da reserva legal:

(X) Proposta no CAR (X) Averbada () Aprovada e não averbada

Número do documento: MG-3169059-AE3D.14D6.4D98.4DEF.BB3F.4683.D6D9.8E1A

Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel

() Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 01 (um)

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

O objetivo deste parecer é analisar o requerimento para Intervenção Ambiental em APP sem supressão de vegetação nativa em área de 0,0244 ha, visando a implantação de estruturas para a extração mineral de areia e cascalho em leito do Rio Mogi-Guaçu, na propriedade Sítio Santo Antônio, Bairro Santo Antônio, zona rural, município de Tocos do Moji/MG, sob coordenadas geográficas (UTM) X= 377.900 m Y= 7.532.200 m (Datum: SIRGAS 2000/Fuso: 23 K), conforme informado no levantamento planimétrico.

permanente com finalidade de desenvolver a implantação de estruturas para a extração mineral de areia e cascalho em leito do Rio Mogi-Guaçu, no imóvel denominado Sítio Santo Antônio, município de Tocos do Moji/MG.

Foi verificado através de imagens dos Softwares Google Earth e IDE SISEMA que o imóvel possui áreas de preservação permanente de nascentes e cursos d'água desprovidos de vegetação nativa.

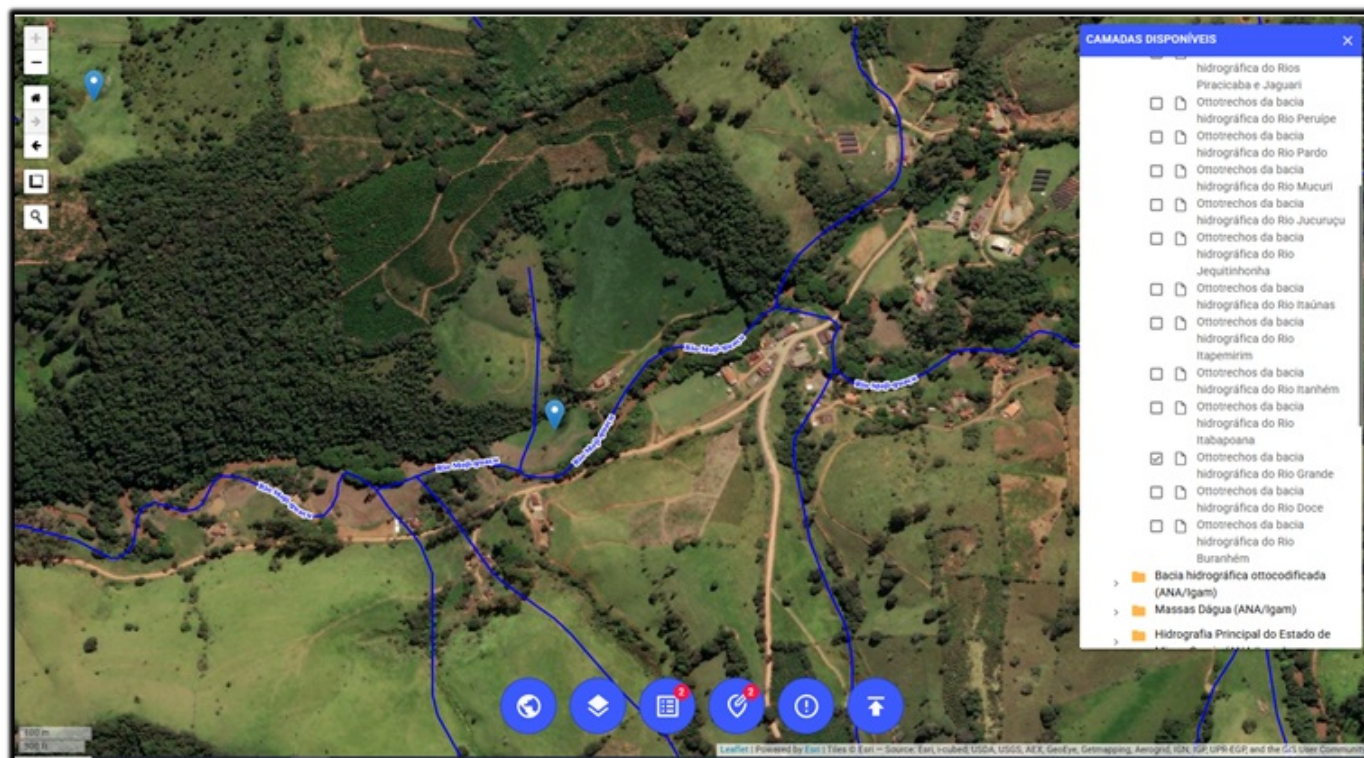


Imagem 2- Hidrografia presente no imóvel.

Fonte: IDE SISEMA

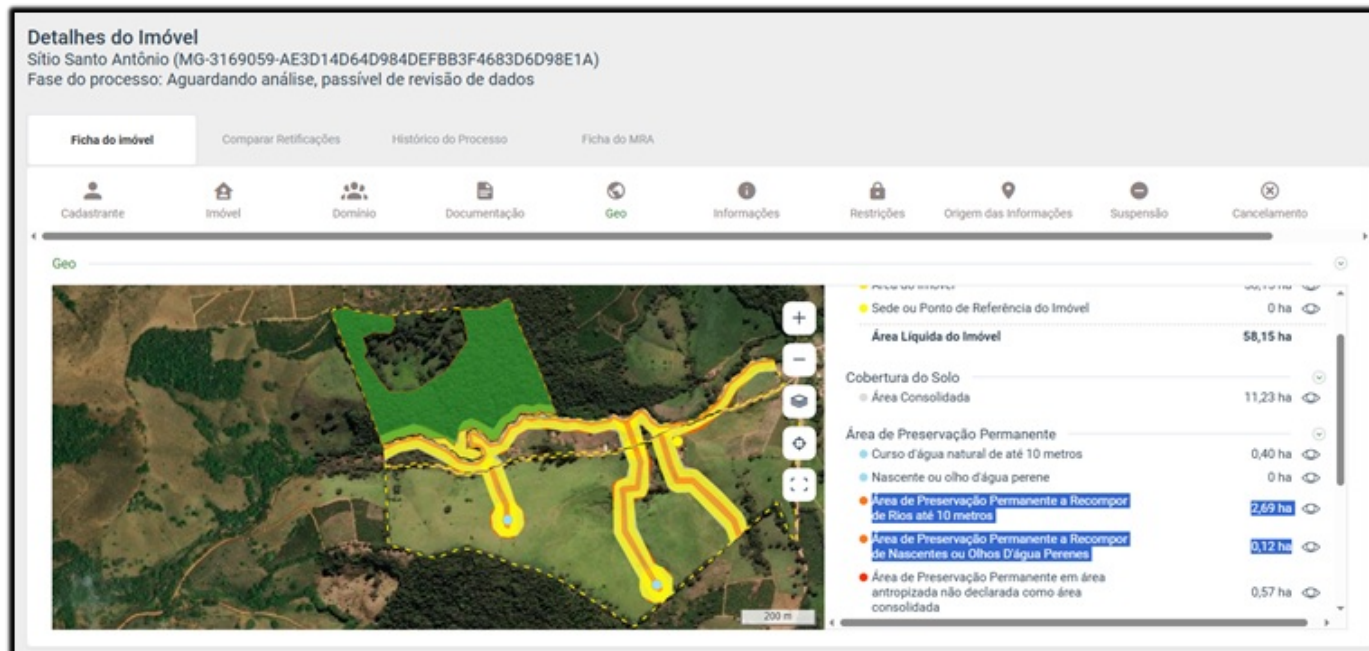


Imagem 3 - Imagem SICAR com demarcação das áreas de app e indicação de áreas a recompor

Fonte: SICAR

4.3.1 Características físicas:

- **Topografia:** ondulada

- **Solo:** argissolo vermelho distrófico segundo o IDE-SISEMA.

- **Hidrografia:** A propriedade encontra-se geograficamente inserida na bacia hidrográfica do Rio Grande e Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos – UPGRH – GD6 – Rio Mogi Guaçu e Pardo.

4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: A propriedade está localizada no Bioma Mata Atlântica, fitofisionomia de floresta estacional semidecidual montana segundo o IDE Sisema.

- Fauna: O Projeto de Intervenção Ambiental (PIA) presente no processo traz poucas informações sobre a fauna local informando apenas que a mesma é diversificada.

5. ANÁLISE TÉCNICA

Trata-se de imóvel rural com área de 58,1529 ha segundo o levantamento planialtimétrico e matrícula apresentada, onde é solicitada intervenção ambiental em área de preservação permanente com finalidade de desenvolver a implantação de estruturas para a extração mineral de areia e cascalho em leito do Rio Mogi-Guaçu, no imóvel denominado Sítio Santo Antônio, município de Tocos do Moji/MG.

Foi observado que as APPs geradas por cursos d'água, em pequena parte, estão recobertas por vegetação nativa, porém, há vários pontos que necessitam de restauração ou recuperação. Já as 2 nascentes que se encontram no interior do imóvel se encontram desprovidas de vegetação nativa, conforme informação e análise da planta topográfica apresentada e confirmado por imagens do softw are google Earth.

Foi observado também que existem infraestruturas instaladas em apps, no entanto, em análise das imagens pretéritas do imóvel, utilizando o Google Earth foi confirmado que as mesmas se encontram no local em datas anteriores a 2008, portanto, consolidadas.

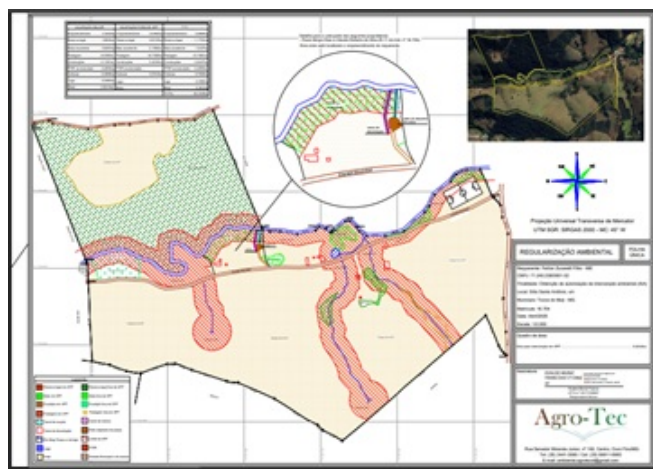


Imagem 4 - Planta topográfica demarcando as apps
Fonte: projeto



Imagem 5 - confirmação das apps do imóvel demarcadas em azul
Fonte: google Earth

Foi verificado na planta topográfica e no PIA que a compensação pela intervenção não atendia ao disposto do Art. 75 do Decreto Estadual nº 47.749/19. Diante do fato foi solicitado ao requerente que destinasse outra área para compensação em acordo com o Decreto citado. (doc. SEI 114306475).

O requerente apresentou na data de 03/06/2025 nova área pela intervenção solicitada em APP, sendo que a nova área proposta encontra-se em sua totalidade em “área comum” e não em APP, em discordância com a legislação vigente, vejamos:

Considerando o disposto Resolução CONAMA 369/06, Art. 5º e o Decreto 47.749 em seu Art. 75.

Resolução CONAMA 369/06:

Art. 5 - O órgão ambiental competente estabelecerá, previamente à emissão da autorização para a intervenção ou supressão de vegetação em APP, as medidas ecológicas, de caráter mitigador e compensatório, previstas no § 4º, do art. 4º, da Lei nº 4.771, de 1965, que deverão ser adotadas pelo requerente.

§ 1º Para os empreendimentos e atividades sujeitos ao licenciamento ambiental, as medidas ecológicas, de caráter mitigador e compensatório, previstas neste artigo, serão definidas no âmbito do referido processo de licenciamento, sem prejuízo, quando for o caso, do cumprimento das disposições do art. 36, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. [4]

§ 2º As medidas de caráter compensatório de que trata este artigo consistem na efetiva recuperação ou recomposição de APP e deverão ocorrer na mesma sub-bacia hidrográfica, e prioritariamente:

I - na área de influência do empreendimento, ou

II - nas cabeceiras dos rios.

Decreto 47.749/19:

110826748) e anuência (doc. SEI 110903604).

A atividade “Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil - A-03-01-8 – Classe 2” é passível de licenciamento ambiental na modalidade de LAS/CADASTRO.

É o relatório, passo à análise.

6.2 Análise

A Analista Ambiental gestora do Processo destacou no item 5 deste Parecer que o imóvel, com área de 58,1529 ha, localizado no município de Tocos do Moji/MG, possui áreas de preservação permanente (APP) parcialmente recobertas por vegetação nativa, sendo que duas nascentes encontram-se desprovidas de cobertura vegetal. Constatou também a existência de infraestruturas consolidadas em APP, anteriores a 2008, não sendo objeto da solicitação.

Foi identificado que a compensação inicialmente proposta para a intervenção não atendia ao disposto no art. 75 do Decreto Estadual nº 47.749/2019, sendo solicitado, por meio do Ofício nº 59/2025, que o requerente apresentasse nova área em conformidade com a legislação. Contudo, a nova área indicada localiza-se fora de APP, em “área comum”, contrariando o art. 5º da Resolução CONAMA nº 369/2006 e o próprio Decreto Estadual nº 47.749/2019.

Considerando que a compensação ambiental inicialmente proposta no PIA não atendeu ao disposto no art. 75 do Decreto Estadual nº 47.749/2019, razão pela qual foi solicitada informação complementar por meio do Ofício nº 59/2025 (doc. SEI 114306475), no sentido de apresentação de nova área em conformidade com a legislação;

Considerando que, em resposta à solicitação, foi apresentada nova área para fins de compensação da intervenção requerida, porém, tal área encontra-se integralmente fora das áreas de preservação permanente, caracterizando-se como “área comum”, o que não atende ao previsto no art. 5º da Resolução CONAMA nº 369/2006 e no art. 75 do Decreto Estadual nº 47.749/2019;

Considerando que não foram atendidas integralmente as informações complementares requisitadas por meio do referido ofício e que a área proposta para compensação não se enquadra nas formas admitidas pela legislação ambiental vigente;

Diante do exposto, confirma-se o INDEFERIMENTO do pedido de intervenção ambiental sem supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente – APP, em 0,0244 ha, localizado no imóvel denominado Sítio Santo Antônio, município de Tocos do Moji/MG, tendo em vista o não atendimento às exigências legais e técnicas estabelecidas para esse tipo de intervenção.

6.3 Da Competência Analítica e Decisória

Quanto à competência para análise, o Decreto Estadual nº 47.892/2020, que dispõe sobre a reestruturação do IEF, em seu art. 42, II, preceituam que a competência para as análises dos processos de intervenção ambiental de empreendimentos não passíveis de licenciamento ambiental e passíveis de licenciamento ambiental simplificado, é das Unidades Regionais de Florestas e Biodiversidade – URFBio do IEF, e o seu Parágrafo Único confere competência autorizativa ao Supervisor Regional, conforme dispositivos transcritos a seguir:

Art. 38 – As Unidades Regionais de Florestas e Biodiversidade – URFBio têm como competência coordenar e executar as atividades relativas à política florestal e de biodiversidade do Estado, à preservação da flora e da fauna silvestre e ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis, respeitadas as diretrizes emanadas pelas diretorias do IEF, no âmbito da respectiva área de abrangência, com atribuições de::

I – ...

II – coordenar e analisar os requerimentos de autorização para queima controlada e para intervenção ambiental dos empreendimentos não passíveis de licenciamento ambiental e dos passíveis de licenciamento ambiental simplificado, de atividades relacionadas ao cadastro de plantio, à declaração de colheita, ao transporte e ao consumo de florestas de produção...

Art. 38...

...

Parágrafo único – Compete ao Supervisor Regional do IEF, na sua área de abrangência:

I – decidir sobre os requerimentos de autorização para intervenção ambiental vinculados a empreendimentos e atividades não passíveis de licenciamento ambiental ou passíveis de licenciamento ambiental simplificado, ressalvadas as competências do Copam, ou localizados em unidades de conservação de proteção integral instituídas pelo Estado e em RPPN reconhecidas pelo IEF;

...

Conclusão

Face ao acima exposto, opinamos pelo INDEFERIMENTO da intervenção requerida, pelos motivos expostos e conforme pontuado de forma específica no parecer.

A competência para a decisão é do Supervisor Regional do IEF, conforme Decreto Estadual 47.892/20.

7. CONCLUSÃO

Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando as diretrizes estabelecidas pela legislação vigente, opinamos pelo **INDEFERIMENTO** do requerimento da Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP, em 0,0244 ha com finalidade de desenvolver a implantação de estruturas para a extração mineral de areia e cascalho em leito do Rio Mogi-Guaçu, no imóvel denominado Sítio Santo Antônio, município de Tocos do Moji/MG, pelos motivos expostos neste parecer.

() COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Valdene de Alvarenga Sousa
MASP: 598681-5

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: Rodrigo Mesquita Costa
MASP: 1.221.221-3



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Mesquita Costa, Servidor (a) Público (a)**, em 25/06/2025, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Valdene Alvarenga de Sousa, Gerente**, em 25/06/2025, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **116170208** e o código CRC **3DEB7F33**.